

# Práxis



## *Socialismo ou Barbárie*

Ano VI- nº20

CORRENTE MARXISTA REVOLUCIONÁRIA

Valor:R\$2,00  
Solidário:R\$5,00

**Crise econômica ameaça  
estabilidade política no Brasil**



**CORRUPÇÃO É  
PARTE  
ORGÂNICA DO  
ESTADO**

**A LUTA  
CONTRA  
REPRESSÃO  
POLÍTICA E  
PRIVATIZAÇÃO**

# Fim da estabilidade econômica e polarização política

**EDITORIAL**

Apesar do Brasil ainda manter certa estabilidade econômica, no segundo semestre de 2011 a economia deu novamente claros sinais de que não é imune a situação mundial e o país viveu uma drástica redução do PIB durante todo um trimestre.

Deste modo, para que o Brasil não repita em 2012 o crescimento pífio de 2,7% do ano passado, terá que haver uma combinação de fatores favoráveis que envolvam a evolução da situação mundial e as políticas econômicas nacionais. Porém, em relação à situação mundial as previsões não são animadoras, o FMI prevê um crescimento na casa de 3% em 2012, número que está longe de ser garantido pelos sinais dados pela economia europeia e, mesmo com as commodities estando valorizadas no mercado internacional, o agravamento da crise europeia pode colocar o país em maus lençóis.

O governo admite que para a economia brasileira crescer 5% é necessária uma importante participação do capital privado, que vai se mover, como sempre, em condições de lucratividade garantida, ou seja, de um conjunto de concessões governamentais aos patrões que contêm um padrão ainda maior de exploração sobre os trabalhadores.

No cenário mundial, em particular com relação à crise europeia, é preciso dizer que ela atinge o Brasil em cheio, pois os países dos BRICS são os mais dependentes dos atualmente muito frágeis bancos da Europa - com operações de mais de R\$ 400 bilhões. Note-se que 30% do dinheiro de curto prazo utilizado no Brasil é de origem europeia. Este fator faz com que, em um cenário de maior aperto da liquidez internacional e europeia, a captação de recursos no exterior esteja ainda mais dificultada e o financiamento da economia brasileira comprometido.

As políticas anticíclicas desenvolvidas pelo governo têm mediado os seus

efeitos(1). Para financiar essas políticas, o governo já fez cortes e contingenciamentos no orçamento público que atingem R\$ 60 bilhões. A crise econômica tem servido também para estabelecer um padrão de exploração ainda maior: redução de salários, aumento e intensificação da



jornada de trabalho e terceirização são só alguns exemplos.

Para efeito de comparação, desde o final da década de 1990, o Brasil vem transferindo anualmente de 5 a 7% do PIB para os ricos, por meio principalmente dos juros, amortizações e refinanciamentos da dívida pública interna. Quem compra títulos do governo brasileiro tem o maior rendimento do mundo! Quarenta e cinco por cento do orçamento geral da União (algo como R\$ 635 bilhões em 2010) remuneraram este investimento. O setor público nunca gastou tanto para pagar os juros da dívida. No ano passado, R\$ 236,7 bilhões saíram dos cofres públicos para a conta corrente dos credores que têm títulos emitidos pelo governo. A despesa que cresceu 26% em um ano é explicada pela subida da taxa básica da economia, a Selic, no primeiro semestre de 2011 e também pelo avanço da inflação. Em 2011, a conta de juros era 15 vezes maior que a soma destinada à ação que constrói casas populares pelo país. Isso sem falar nos R\$116,1 bilhões de

isenções tributárias/redução de impostos para ricos e suas empresas. Para ter uma comparação, R\$7,5 bilhões foram destinados em 2011 para o saneamento básico, num país onde 45% dos municípios não coletam esgoto. (A renda do brasileiro. Silvio Caccia Bava, Le Monde Diplomatique Brasil, Setembro 2011, pg. 3)

A redução de impostos para o grande capital, as linhas de crédito e o endividamento das famílias possibilitou, por um período, a manutenção do consumo de massas. Em relação ao mercado externo, as dificuldades na recuperação dos países centrais têm demonstrado que as exportações de commodities não podem garantir a manutenção *ad eternum* do crescimento do PIB. Nesse cenário, o investimento público na economia cumpre importante papel, só que para

isso, é necessário fazer cortes sistemáticos no orçamento destinado a saúde e educação.

O governo Dilma mantém e aprofunda a política privatista de Lula. Não é verdade o que diz a grande mídia, que o governo petista faz a sua primeira grande privatização, basta ver a política de concessões para extração de petróleo, a política de exploração do pré-sal ou mesmos nas parcerias público-privadas que executam as obras do PAC. Dessa vez o governo petista entrega três dos principais aeroportos do país - Guarulhos, Viracopos e Brasília - a consórcios com participação de capitais brasileiros e estrangeiros. Dilma foi adequando o discurso e acabou aceitando que a privatização fosse realizada com a presença decisiva de fundos de pensão de estatais, o compromisso do BNDES de financiar a maior parte dos investimentos necessários e o leilão baseado no maior lance e não na menor tarifa, características típicas das privatizações da década de 90 durante o governo Fernando Henrique Cardoso do PSDB.

Mas, neste caso, adiciona uma vantagem para o capital: o estado, como no projeto do pré-sal e nas PPP vai garantir presença como acionista de 49% nos três consórcios... (O estado de São Paulo, A3, 8 fevereiro de 2012), o que significa uma garantia a mais de que os investimentos tenham a cobertura dos bancos estatais e do tesouro, ou seja, são negócios com risco zero para os consórcios privados.

### Para os trabalhadores...

Contrastando com os dados macroeconômicos, que colocam o Brasil como a sexta maior econômica do mundo, as condições terríveis de existência da ampla maioria dos trabalhadores geram, mesmo que de forma fragmentada e localizada, conflitos em várias frentes: processos de ocupações rurais e urbanas, lutas operárias localizadas, movimento popular sem teto, greves de funcionários públicos e lutas estudantis. Os dados do senso que identificaram o rendimento domiciliar per capita, divulgados no mês de novembro, mostram um cenário bastante distinto em relação à colocação do Brasil como a sexto maior produto interno do mundo. Demonstrando como sempre que os dados econômicos não refletem diretamente a situação de vida dos trabalhadores e mesmo quais são as condições de trabalho e de existência em que essa riqueza é produzida.

Nesse sentido bastam alguns dados para que se possa ver o contraste entre o ranking mundial do produto interno bruto e a situação da ampla maioria da população. Os dados divulgados pelo IBGE dão conta de que os 10% mais ricos detêm 75% da renda e da riqueza nacional. Tratam-se de 5 mil famílias possuindo 45% da renda e da riqueza

nacionais. Na lista de desigualdade mundial o Brasil se coloca entre os mais desiguais do mundo, figura na posição de 84 em um total de 187 países.

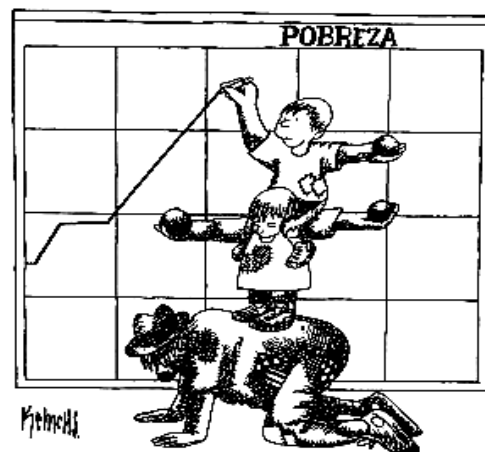
Em relação ao emprego a situação não é menos dramática. Além das conhecidas condições precárias de trabalho que levam a acidentes de trabalho em larga escala, uma pesquisa recente revela uma taxa de desemprego oculto de 2,3% em janeiro, que somada aos 7,2% de desemprego aberto, levam a um índice de desocupação real de 9,5%. Outro dado relevante do mundo do trabalho é a condição de contratação da mão de obra brasileira, em que mais da metade dos trabalhadores do setor privado, 51,5%, não tem carteira assinada e garantias de direitos como fundo de garantia e outros.

Para piorar essa situação o governo, como parte de sua política de ataque às condições de trabalho, e com o objetivo de garantir aos capitalistas ainda melhores condições de exploração para que o Brasil se equipare a um nível de exploração ainda maior, vai propor ao congresso mudanças nas leis trabalhistas para criar duas novas formas de contratação: a eventual e por hora trabalhada. Na prática permite carteira assinada para quem trabalha dois dias por semana ou três horas por dia. Isto reduz ainda mais as garantias trabalhistas e, claro, o salário dos trabalhadores, facilitando também as demissões e trazendo ainda mais instabilidade para os trabalhadores.

Apoiando-se em um aparato repressivo gigantesco e em uma legislação que não rompeu totalmente com a ditadura militar, o estado brasileiro reprime violentamente qualquer ação de enfrentamento com a propriedade privada ou a "ordem pública", mas, não o faz se apoiando apenas em seus mecanismos repressivos diretos. A partir do governo Lula, as principais organizações do movimento social passaram a se posicionar de forma muito mais subserviente.

Se na América Latina observamos dezenas de lutas contra os efeitos das políticas neoliberais, percebemos

também no Brasil, lutas contra todo o processo de precarização do ensino superior e contra o império da burocracia universitária. Tais protestos, inclusive, apesar de apresentarem aspectos distintos dos processos globais que ainda estão em curso, inscrevem-se dentro do mesmo cenário mundial de crise econômica que, de forma desigual, atinge



principalmente a juventude trabalhadora.

Mas a classe dominante sabe que, com a extensão da crise econômica mundial e nacional em 2012, a situação política tende a se tornar cada vez mais aguda, gerando processos de enfrentamentos políticos que podem fugir a normalidade política e institucional, por isso, toma medidas preventivas, ou seja, reprime violentamente e criminalizam ativistas e lideranças.(2)

1) Essas políticas são baseadas na isenção de impostos para o grande capital, em políticas de financiamento de linhas de crédito e no investimento nas obras do PAC.

2) Além das inúmeras repressões que ocorreram dentro da USP, vimos recentemente, neste ano, o episódio da higienização dos usuários de drogas e mendigos da Cracolândia, além da reintegração de posse à força da ocupação de Pinheirinhos. Ambas realizadas pela polícia militar a mando do Governo do Estado de São Paulo e de seu governador, Geraldo Alckmin.



# Corrupção é parte orgânica do capitalismo e dos seus regimes

Por Antonio Soler

No cenário nacional, após pouco mais de um ano de governo Dilma, podemos sem sombra de dúvida afirmar a continuidade total com o governo anterior e isso se dá em vários frentes. Vamos destacar aqui a questão de mais uma onda de denúncias de corrupção. Durante o primeiro semestre este tema ficou “restrito” ao governo. Em visita ao Brasil para lançar um protocolo de intenções em defesa da maior transparência dos agentes públicos - protocolo este com adesão de 55 países, e que não passa de uma ingerência imperialista nas questões políticas internas dos países com a intenção de se evitar conflitos políticos de massa contra governos corruptos -, a Secretária de Estado dos EUA declarou que o governo de Dilma Rousseff está “estabelecendo um padrão mundial” no quesito combate a corrupção. Mas, não parece bem isso o que está ocorrendo no governo e nem nas demais esferas de poder do Estado.

Além da queda de sete ministros, seis por envolvimento direto em corrupção ou por corrupção em sua pasta, vem à tona o esquema que tem como um dos principais pivôs o empresário do jogo Carlos Cachoeira.

Pelo até agora tornado público, o esquema envolve diretamente o deputado Demóstenes Torres e o governador do Distrito Federal, mas denúncias e suspeitas envolvem parte significativa de deputados da quase totalidade dos partidos que tem representação parlamentar. Mais uma frente de corrupção que envolve o governo e os partidos burgueses como um todo vem à baila. Esse “novo” episódio só reafirma o caráter do estado e da política burguesa em que a corrupção é um dado estrutural. As relações do estado com o grande capital são carnais.

Além do revelado o escândalo envolvendo as ligações do Senador

Demóstenes Torres (este se afastou do DEM após denúncias), de Marconi Perillo, governador, (PSDB) e de Sandes Júnior Deputado Federal (PP) - todos os três de Goiás -, há indícios de que centenas de parlamentares e executivos de empresas estatais e privadas estão incluídos no esquema orquestrado por “Carlinhos Cachoeira”, empresário do jogo ilegal, que foi preso após operação da Polícia Federal.

O pivô deste esquema é a construtora Delta. Essa empresa recebeu na forma



de contratos de prestação de serviços do governo 3,6 bilhões desde 2003. O esquema era basicamente o seguinte: senadores, deputados e o governo de Goiás usavam seus mandatos para que a empresa fosse favorecida em emendas orçamentárias para a construção de obras, principalmente ligadas ao PAC - menina dos olhos do governo federal. Empresas de fachada (como a Alberto e Pantoja) foram criadas com o objetivo de repassar a esses políticos contribuições eleitorais. Apenas nesse esquema Marconi Perillo recebeu R\$450 mil, Demóstenes Torres 32.620,82, Sandes Júnior R\$ 300,00 fora uma série de outras ramificações do esquema. Note-se que José Dirceu (ex Chefe da Casa Civil do Governo Lula) após deixar o ministério, pois era o chefe do

esquema de corrupção dos parlamentares para votar com o governo o esquema conhecido como Mensalão, também pode estar envolvido. Logo após a sua saída do governo prestou serviços a Delta quando esta começou a fazer negócios bilionários com o governo.

O Senado e a Câmara dos Deputados instituíram uma comissão mista de inquérito (CPMI) para apurar a denúncia. A disputa política agora se dá em torno de quem comanda a CPI que vai ser composta por 15 deputados e 15 senadores. A posição terá 7 vagas e os líderes terão até a próxima terça-feira para indicar seus integrantes. Depois resistir a criação da CPI, pois certamente integrantes do governo e de sua base aliada estão envolvidos até o pescoço, o governo acabou apoiando a instalação da Comissão. Em um de seus típicos rompantes, Lula teria afirmado que a CPI tem que ser feita “doa a quem doer”, mas ao mesmo tempo para que a comissão não atinja o governo e nem seu partido (PT) trata de escolher a dedo os principais cargos da comissão com políticos de sua confiança, como Arlindo Chinaglia (PT-SP) e Cândido Vaccarezza (PT-SP).

As CPMI, como dezenas de outras, não tem poder de punição. Ela pode ouvir testemunhas, investigados e indiciados, requisitar informações e

documentos sigilosos a instituições financeiras, além de quebrar os sigilos bancário, fiscal e de dados que depois é encaminhada ao Ministério Público para possível processo. Trata-se na verdade de um circo político em que ora a posição ora o governo procuram expor politicamente seus adversários. Neste caso as denúncias envolvem governistas e opositoristas.

Os governos ou parlamentares burgueses são diretamente financiados pelas grandes empresas; trata-se de um investimento em que o retorno financeiro é líquido e certo. Nenhum partido burguês foge a essa regra e mesmo os pseudo-operários como o PSOL também estão inseridos nessa lógica, basta ver o financiamento da campanha de Luciana Genro do PSOL-MES do Rio Grande do Sul que recebeu 200 mil da Gerda, e considerando isso como natural.

## Por um movimento de massas que lute pela punição dos torturadores e assassinos da ditadura militar

**N**o Brasil o regime militar tratou de evitar a sua queda, como em outros países, se adiantando ao movimento que já dava sinais de que seria massivo, iniciando o que foi denominado como “transição democrática”. O que ocorreu foi que a lei da anistia que permitia a volta dos exilados políticos e a abertura do regime anistiava, na verdade, os crimes cometidos pela ditadura contra aqueles que se colocavam contra ela, com métodos mais ou menos radicais. Mesmo vezes que nunca pegaram em armas contra a ditadura, como é o caso do jornalista Vladimir Herzog, foram torturadas e executadas pelo estado. Esse processo de transição, negociado com a burguesia nacional e com setores de esquerda, garantiu a impunidade de todos responsáveis pelos assassinatos e torturas durante o regime ditatorial. Além dessa impunidade, questionada até por organismos internacionais de direitos humanos ligados a ONU, toda estrutura militar, policial e de “inteligência política” foi mantida aoós a ditadura militar. Não houve mudança no núcleo duro (forças armadas e polícia) do poder no Brasil. Mesmo do ponto de vista legal a estrutura repressiva da polícia (civil e militar) permanece a mesma, as forças armadas continuam tendo fórum privilegiado com seus crimes sendo julgados por tribunais militares e a maioria da população não tem nenhum controle sobre os policiais, que continuam agindo como verdadeiros esquadrões da morte contra a população trabalhadora – vide caso recente do bairro Pinheiro - e contra os que lutam. A população trabalhadora todos os dias é vítima de crimes como assassinatos e torturas, as delegacias de polícia ainda funcionam de forma similar aos DOI-CODs da ditadura com práticas como a do pau-de-arara, fatos estes que são cotidianamente denunciados sem que nenhuma medida seja tomada. A exemplo de FHC, Lula manteve a política de manter secretos os documentos sobre o regime militar,

mais ainda, aumentou para cinquenta anos o prazo dos documentos considerados secretos.

Os vários governos pós-ditadura têm agido no sentido de criminalizar o movimento social e dar subsídios para que as forças armadas e a política aumentem o seu poderio contra os trabalhadores e sua eficiência para garantir a propriedade privadas. Na verdade, desde o governo José Sarney se tem tomado medidas para endurecer ainda mais as garantidas estatais contra o movimento dos trabalhadores. Um caso bastante exemplar é a medida provisória de FHC contra a reforma agrária que proibia vistoria para fins de reforma agrária nas terras que fossem ocupadas pelos trabalhadores sem terra, medida que Lula não quer questionar.

Agora foi votado no congresso nacional um projeto enviado pelo governo para constituir a “Comissão da Verdade”. Essa comissão vai ser constituída de



sete pessoas que serão indicadas pela presidente. A dita comissão terá a tarefa de investigar os acontecimentos da ditadura, poderá convidar testemunhas, mas não tem caráter jurídico e não poderá propor medida punitiva alguma. Ou seja, não há vontade política alguma do governo estar à frente de gestões no sentido de derrubar a lei da anistia e a votação do STF em 2010, que garantem ambas a impunidade total dos assassinos e torturadores da ditadura militar.

Mesmo assim bastou poucos comentários de membros do governo sobre a lei da anistia e a votação da comissão da verdade para que os

militares imediatamente fizessem um documento criticando ministros. Isto gerou uma advertência da parte do governo e a massificação das assinaturas do texto escrito pelo Clube do Militares. Os militares e a classe dominante - que apoiou o golpe e o massacre de parte de uma geração - sabem que o cenário político brasileiro pode mudar no próximo período, com o aprofundamento da crise mundial.

Na verdade, a onda de rebeliões que varre o mundo de alguma forma já começa a influenciar parte da juventude que não esta disposta a conviver com os crimes políticos e nem com a criminalização da luta dos trabalhadores e da juventude hoje. É disso que os militares têm medo. Sabem que o PT não vai romper com o pacto de impunidade feito para que pudesse estar à frente do estado burguês. O medo, a bem dizer, é outro: que a exemplo do que já se começa a fazer como uma vanguarda, os setores de massas entendam o quanto é importante para suas lutas, atuais e futuras, punir todos os responsáveis e agentes da ditadura militar.

Nesse momento, a partir tanto da pressão dos grupos que lutam contra a impunidade do estado brasileiro e daqueles que estavam à frente da ditadura militar, quanto de organismos de direitos internacionais e como reflexo da onda de rebeliões em todo o mundo, em vários países se inicia um movimento de indignação ainda muito de vanguarda, mas que já começa a tomar o noticiário.

Em várias partes do mundo se realizam atos - os “escrachos populares” - contra figuras-chave da ditadura para denunciar os crimes bárbaros de figuras que vivem como se nada tivessem feito, como “cidadãos comuns” ou “cidadãos de bem”. É fundamental que essas atividades e outras se generalizem e junto com a luta contra a impunidade dos crimes da ditadura incorporem a exigência da punição dos agentes do estado (polícia, judiciário) que hoje estão reprimindo e criminalizando todos os que lutam.

# CONGRESSO CONLUTAS

## Construir uma central à altura dos desafios da atualidade

Por Antonio Soler

Nos dias 27 a 30 de abril em Sumaré, no estado de São Paulo, ocorrerá o 1º Congresso da CSP-Conlutas. Há quase dois anos do seu congresso de fundação na cidade de Santos esta organização tem diante de si enormes desafios políticos e organizativos em uma perspectiva de acirramento da luta de classes no Brasil. Após quase dois anos do congresso de Santos, a central que surge como uma das alternativas a CUT e a toda burocracia sindical carrega contradições em sua linha política e organizativa que se não forem superadas pouco poderá contribuir para o processo de reorganização da classe trabalhadora e da juventude no Brasil. Nesse sentido, vamos apontar

países da Europa marcam a conjuntura política internacional.

No Brasil ainda vivemos uma conjuntura bastante diferente destes países, não existe uma indignação generalizada da população e nem da juventude ou da classe trabalhadora. As lutas por salário, condições melhores de trabalho, moradia ou mesmo educação são duramente reprimidas e criminalizadas. O possível agravamento da crise ou mesmo a previsão de baixo crescimento econômico para os próximos anos podem criar condições materiais para mudar radicalmente essa situação. Mas, isso não quer dizer que não haja importantes processos de luta como a dos trabalhadores das obras do

PAC, por moradia e contra as ditaduras no interior das universidades e as péssimas condições educacionais em todo país.

Essas lutas ocorrem muitas vezes contra a burocracia sindical ou têm neles um elemento de contenção para que não se radicalizem

ou generalizem. Mesmo categorias nacionais como correios e bancários (que fizeram greves no mesmo período e contra a política de Dilma de endurecer contra as greves do setor público) não houve nenhuma forma de unificação, pois a burocracia tratou de manter as duas categorias isoladas para que a luta não saísse do âmbito do ajuste salarial. No decorrer do ano passado vimos várias greves ocorrerem contra a vontade dos dirigentes da CUT, Força Sindical, CTB e outras. Nos canteiros das obras do PAC, menina dos olhos do governo Lula/Dilma, os trabalhadores lutam muitas vezes enfrentando essa burocracia e sob

a intervenção do exército e da polícia. O compromisso da burocracia sindical com o governo, patrões e com seus próprios privilégios faz com que esta casta não possa estar à altura das lutas da classe trabalhadora e da juventude. Assim, apesar da influência que a burocracia sindical exerce sobre os trabalhadores vão se abrindo possibilidades objetivas para que uma nova direção classista, combativa e democrática se forje no interior dos enfrentamentos atuais e futuros. Ou seja, lutar para que os trabalhadores e a juventude superem essa direção e possam desenvolver lutas contra o governo e os patrões em patamares superiores é a tarefa central do próximo período, mesmo em uma correlação de forças ainda desfavorável. Para que a CSP-Conlutas (central minoritária que organiza em torno de 270 entidades e não tem presença massiva no interior das categorias mais importantes do país como metalúrgicos de São Paulo, por exemplo) se constitua em alternativa à altura dos desafios da luta de classes serão necessárias mudanças significativas em sua linha política (dirigida majoritariamente pelo PSTU).

O grande desafio da Conlutas é intervir nos processos de mobilização com uma linha radicalmente oposta da burocracia sindical. Para isso, é necessário superar a linha política que não permite que a central se prove na realidade com uma alternativa de fato. A linha na luta de classe desde as greves salariais deve passar por uma mudança profunda: superar o sindicalismo corporativista, institucionalista e superestrutural que marca todas suas intervenções.

Na prática as greves dirigidas por essa central pouco se diferenciam da burocracia. É verdade que na atual conjuntura vivida no Brasil com as mediações do cenário econômico mais favorável do que a dos países onde a crise é muito mais profunda e, ainda, que num país onde não existe uma indignação generalizada, as campanhas salariais tendem a uma despolitização. No entanto, a linha política levada pela direção da Conlutas pouco ou nada contribui para que esse cenário se altere, pois acaba reproduzindo o nível mais baixo da consciência política.



alguns elementos políticos dos quais consideramos importantes para contribuir com o debate que ocorrerá durante este congresso.

Os trabalhadores no Brasil, e particularmente suas organizações, estão diante de enormes desafios. Em um cenário mundial de radicalização da luta de classes em vários países, tendo como pano de fundo a crise econômica e lutas ora contra regimes ditatoriais ora contra ataques as condições de vida dos trabalhadores ou mesmo combinando esses dois processos, hoje a luta armada do povo sírio contra o regime ditatorial de Bashar al-Assad e contra políticas de ajuste em vários



Desde 2009, buscamos apontar para o caráter isolacionista de sua política, que não visa criar uma luta mais abrangente e unificadora não apenas frente aos diversos sindicatos em que atua, bem como frente aos movimentos sociais de maneira geral. Esse equívoco de concepção face às lutas foi o responsável, em 2009, pela questão tanto dos trabalhadores da GM, quanto da EMBRAER de São José dos Campos e, agora, em grande parte por facilitar a desocupação fulminante do Pinheirinho. No caso da GM, já apontávamos o problema que se instaurava já no primeiro semestre de 2008, relativo ao pacote de ataques da empresa aos trabalhadores e de como a mobilização destes trabalhadores “permitia e exigia uma política que rompesse com o isolamento a que foram submetidos estes trabalhadores, mas o PSTU [dirigente majoritário da CONLUTAS] ao não romper com sua lógica corporativista e imediatista tratou de manter a mobilização dos trabalhadores da GM restrita geograficamente a São José dos Campos e, ao seu controle político. No final desse processo foi imposta pela empresa a contratação de trabalhadores temporários”. Assim, por esta compreensão e elaboração errada da CONLUTAS, e por sua incapacidade de dar respostas adequadas ao momento e às necessidades políticas daquele período, isto é, do início da crise econômica mundial que se estende até hoje, no início de 2009, os mesmos contratados em caráter temporário são os primeiros a serem demitidos. O fato, pois, de a direção da entidade não ter preparado os trabalhadores para os futuros enfrentamentos com a patronal contribuiu enormemente para que não houvesse resistência com relação à demissão destes 800 trabalhadores e, apesar da paralisação de 2 horas em frente à fábrica realizada na época ou do ato no centro da cidade, que reuniu no máximo 2.000 pessoas, a falta de uma resposta político-sindical à altura destas demissões, foi seguida de mais 4.200 demissões massivas dos metalúrgicos da EMBRAER.

Mais recentemente em uma situação em que seria possível impulsionar campanhas políticas contra o governo e unificar processos de mobilização, a linha foi a de restringir a luta ao tema salarial e a luta por categoria, não

preparando politicamente suas bases para duros processos de enfrentamento. Desta forma, campanhas com o eixo “O Brasil cresceu, o trabalhador quer o seu” desconsideraram totalmente que para lutar contra a política de arrocho bancada pelo governo e pela patronal são necessárias lutas por reajustes salariais, desemprego e a precarização do trabalho. Não foi à toa que nos últimos anos as lutas mais radicalizadas ocorrerem nas obras do PAC. Lutas estas, aliás, que não foram apenas salariais, mas contra as terríveis condições de existência e trabalho.

Outro exemplo (para permanecermos apenas nos mais recentes) desse desarme político foi a linha adotada pelos sindicalistas da Conlutas no processo que antecedeu a reintegração do Pinheirinho em São José dos Campos. Cabe destacar aqui a tremenda capacidade de resistência e luta de uma população operária com mais de nove mil pessoas, que resistiu durante oito anos às investidas da patronal e dos governos burgueses e que só foi desalojada pela ação brutal do governo do estado de São Paulo com a total cumplicidade do governo federal. Lembrando que para esta ação criminosa, este governo, contou com um efetivo de dois mil policiais fortemente armados resultando em dezenas de feridos e no desaparecimento de vários moradores, uma verdadeira ação de guerra contra trabalhadores e suas famílias.

Fazendo essa ressalva e considerando que vários ativistas da Conlutas estiveram lado a lado dos trabalhadores durante todos esses anos e durante a violência policial a serviço da especulação imobiliária da cidade, representada politicamente pelo prefeito do PSDB (Eduardo Pedrosa Cury), não podemos deixar de



apontar que a linha da direção da central nesse episódio sofreu de um cretinismo jurídico, pois depositou confiança nos tribunais de justiça burgueses ao considerar que uma liminar ou qualquer outro instrumento político pudesse barrar os interesses dos grandes capitalistas do ramo financeiro/imobiliário. Fruto de anos de uma política corporativista que não é capaz de ligar a luta sindical com as lutas populares, a Conlutas não foi capaz de desenvolver uma massiva campanha operária contra a reintegração da área, convocar uma greve de metalúrgicos ou químicos, por exemplo, o que seria politicamente decisivo para fazer a classe dominante e seus representantes recuarem.

Essa linha ganhou contornos totalmente oportunistas quando em relação à tática de resistência das direções sindicais. A tática da Conlutas era, em São José dos Campos, e quando ainda não havia ainda a ilusão que uma liminar pudesse resolver o problema, a de estabelecer vigílias no sindicato dos metalúrgicos, a quilômetros de distância do local, para que depois da resistência e muito possível reintegração devido à correlação de forças militares totalmente desfavorável, tentar parar alguma fábrica e tentar fazer um ato na cidade com o objetivo de criar um fato e fazer o governo e a tropa de choque recuar. ➡

Como a ilusão na liminar se impôs e esses dirigentes foram “pegos de surpresa” nem essa linha pode ser levada de forma organizada (sic). Essa linha em sua concepção era totalmente corporativista e até oportunista. Alardeava-se que a reintegração de posse seria enfrentada com a resistência física dos moradores, o que ocasionaria um banho de sangue, mas isso na prática seria feito sem que os dirigentes da Conlutas estivessem à frente. Não se trata de dizer em absoluto que os moradores do Pinheiros e os ativistas de várias organizações que estiveram na linha de frente no enfrentamento a repressão não tiveram um papel heróico, ou que seria possível resistir militarmente sem a presença massiva e organizada da classe operária da cidade, mas sim de questionar esse tipo de divisão de trabalho que, além de pouco eficiente, é totalmente alheia à solidariedade de classe. Mesmo que se chegasse sem rodeios à conclusão de que não era possível barrar a tropa de choque na

conjuntura dada, era necessária uma tática que mobilizasse diretamente a maior parte dos ativistas antes da repressão, construindo uma agitação política em frente ao local, com um cordão de ativistas, figuras públicas, carro de som e toda a agitação política necessária.

Fazemos essa descrição sobre o episódio do Pinheirinho, pois apesar de localizado, é o exemplo mais recente da linha política da direção da Conlutas. Serve para insistir na necessária superação da atual linha para efetivar a construção de uma central que se constitua como uma das alternativas. Não se pode esquecer que é necessário estar atento e aberto às possibilidades de avançar no sentido de reunificação após o desastre político que foi o congresso de Santos em 2010 com as demais centrais que romperam com a CUT para superar a tremenda fragmentação dos setores não governistas. Porém, a construção de uma alternativa de massas e combativa a CUT e cia. só é possível superando a

concepção política da direção da Conlutas, concepção essa que combina o corporativismo, a adaptação institucional e a super-estruturação dos seus dirigentes, e avançar para a construção de uma central que esteja à altura dos trabalhadores e isso se faz só passando pelas provas dramáticas dos mais duros enfrentamentos da luta de classes.



## Resgatar o caráter classista do 1º de Maio

No dia 1º de maio de 1886, em Chicago, milhares de trabalhadores e trabalhadoras foram às ruas reivindicar redução da jornada de trabalho de treze para oito horas e uma série de outras reivindicações. Sua luta, no entanto, não possuiu unicamente caráter localizado, tratou-se na verdade de uma importante greve geral em todos os Estados Unidos, no mesmo dia.

Ainda como parte desta luta, em uma manifestação, a polícia matou vários manifestantes, o que gerou revolta generalizada com enfrentamentos de rua. No dia 4 de maio, em um dos conflitos de rua foram mortos doze trabalhadores e vários outros foram feridos pela polícia. A Segunda Internacional em um congresso em Paris, no dia 20 de junho de 1889, e em homenagem aos que tombaram em Chicago, criou o Dia Internacional dos Trabalhadores. Data que vem sistematicamente sendo usurpada pela burocracia sindical e até pela patronal, pois não se trata de um dia de comemoração como querem fazer crer, mas um dia de luta contra toda forma de exploração e opressão.

No Brasil, o primeiro de maio vem sendo comemorado desde o final do século XIX pelos trabalhadores, mas o governo e a patronal para tentar apagar da memória dos trabalhadores a origem e o significado do 1º de Maio não tardaram em criar uma data comemorativa oficial. O presidente Artur Bernardes, em 1925, tornou-a oficial através de um decreto. Parte da luta no 1º

de Maio é resgatar o caráter histórico e classista dessa data contra a sistemática usurpação feita pela CUT, Força Sindical e outras centrais pelegas.

Assim, o 1º de Maio em 2012 deve servir como ponto de apoio para todos trabalhadores que estão em luta contra os patrões e contra o governo, a exemplo dos trabalhadores de Belo Monte, dos trabalhadores sem terra, das famílias e organizações que estão em marcha contra os crimes da ditadura militar.



## BALANÇO DA ELEIÇÃO DCE E LUTA CONTRA AS ELIMINAÇÕES

Por Antonio Soler e Carlos Ranea

### O desafio de construir uma direção à altura do movimento estudantil

No dia 31 de março, foi divulgado o resultado da eleição para o Diretório Central dos Estudantes da USP (DCE – USP). Nessa eleição as chapas de esquerda somaram de conjunto 77% dos votos, a chapa de direita, denominada Reação, obteve 20,2% dos votos. A chapa que ganhou a eleição com 53% dos votos foi a Não vou me adaptar (PSOL-PSTU). Abaixo trataremos de analisar o conjunto dos problemas que envolveram a eleição, seus antecedentes, o significado da vitória da esquerda oportunista e os desafios do movimento estudantil pós-eleição.

### O cenário político no qual ocorreu a eleição: ofensiva de rodas e resistência do movimento

Não se pode desconsiderar a luta contra a política privatista e repressiva da reitoria da USP e da resistência dos estudantes durante últimos meses de 2011 para entender por que houve uma votação expressiva contra a chapa que representava a direita - chapa Reação - na disputa pela direção do Diretório Central dos Estudantes da USP (DCE-USP). Trata-se de uma flagrante derrota de um setor reacionário dos estudantes que era diretamente apoiada pela reitoria, pelo governo do estado de São Paulo e seu partido (PSDB).

### O balanço político da gestão Todas as vozes: entreguismo da direção do DCE e resistência dos estudantes

Para se ter uma idéia da postura desta gestão, quando os estudantes processados por ocasião da ocupação do térreo do bloco G reivindicaram a gestão Todas as vozes que convocasse uma assembleia, os integrantes disseram literalmente que não iriam convocar porque este era um procedimento perigoso dentro da conjuntura que vivia a universidade de São Paulo.

Nas duas assembleias realizadas no primeiro semestre, a Todas as Vozes (PSOL-MES) tratou de implodir uma delas, além de simplesmente não encaminhar absolutamente nada de concreto contra os ataques da reitoria. A gestão (PSOL apoiada pelo PSTU) se posicionou o tempo todo contra o avanço do movimento, chegando até mesmo à tentativa de implodir a assembleia que decidiu pela ocupação da reitoria quando perceberam

que a proposta de ocupar a reitoria poderia ser vitoriosa. Além disso, dividiram o movimento após a ocupação: após a repressão à ocupação da reitoria, PSOL e PSTU, em uníssono, estiveram contra decretar a greve pela libertação dos estudantes presos e contra os processos, política que foi rechaçada por ampla maioria.

Já no final do ano, mesmo sob a ameaça da eliminação de estudantes e novos ataques privatizantes e contra o movimento, fatos que infelizmente se concretizaram na eliminação de seis estudantes, no fechamento do espaço do DCE (Diretório Central dos Estudantes) pela reitoria, na privatização do circular (linha de ônibus anteriormente gratuita), e na “catracalização” do restaurante universitário, dentre outros, o bloco ora criticado teve a política de propor o fim da greve.



### Radicalização da luta dos estudantes e crise de representatividade política

A vitória eleitoral da chapa Não Vou Me Adaptar se insere dentro de um fenômeno mais geral de crise de representatividade política e que não é apenas local. Na medida em que as circunstâncias colocam a necessidade de dar respostas aos ataques às suas condições de existência (política ou econômica) os trabalhadores e a juventude lutam com as ferramentas políticas que dispõem, não têm tempo para criar uma direção ou organizações à altura das tarefas, e isso acaba fazendo com que o resultado da sua própria luta se coloque de maneira também mediada.

Em relação a USP, além de imediatamente não ter sido vitorioso, o movimento ocorreu tendo que enfrentar a reitoria e, também, em muitas ocasiões, a própria direção do DCE. Porém, a greve dos estudantes foi fundamental para pautar de

forma crítica o projeto de privatização da universidade e o seu mecanismo de implantação (a repressão direta ao movimento), e para projetar uma percepção crítica de uma ampla camada dos estudantes sobre o que ocorre na universidade, fato que foi decisivo para a derrota da direita na eleição do DCE e, também para uma votação minoritária do setor que esteve à frente dos processos mais avançados de luta na universidade.

Não podemos desconsiderar o papel que teve a mobilização para que nas eleições do DCE, de 2012, importantes mudanças ocorressem: maior número de votos (com uma variação de cerca de 8 mil para 13 mil votos) e uma votação massiva nas chapas de esquerda. Por outro lado, não podemos desconsiderar que, principalmente com o fim da greve, os setores mais moderados da universidade, mesmo nos cursos mais mobilizados ganham mais força.

Não podemos desconsiderar também o peso de uma eleição no primeiro semestre, em que milhares de novos estudantes votam sem ter a experiência política com as forças atuantes na universidade, o peso nas eleições que têm os centros acadêmicos e os aparatos nos quais se constituem e, por último, a ainda pouca inserção das organizações revolucionárias. Mas o centro do fenômeno é o de que, ao contrário do que afirmam os representantes da chapa Não vou me adaptar, o resultado eleitoral não representa diretamente a luta concreta dos estudantes durante o segundo semestre de 2011, mas, por outro lado também não podemos dizer que não é em nenhuma medida um reflexo dela.

### Balanço triunfalista a serviço da política de conciliação

Como herança dos anos sem mobilização, os setores que obtiveram a vitória eleitoral herdaram uma situação favorável em relação à presença nos centros acadêmicos, posição que claramente os favoreceu durante o processo eleitoral. Todo o processo eleitoral reflete de forma distorcida a realidade. O voto mesmo nas eleições sindicais capta a consciência média dos trabalhadores, a posição dos setores mais avançados acaba ficando diluídas com esse mecanismo.

Em seu balanço o PSTU desconsidera que o movimento estudantil tem uma especificidade em relação ao movimento operário. A questão é que desconsideram em toda ou qualquer análise política que fazem o caráter poli-classista do movimento estudantil e mesmo da sua base, caráter este que faz com que existam setores que estruturalmente assumam uma posição conservadora. ➡

Essa ruptura com um critério clássico com que se faz política no interior do movimento estudantil faz com que invariavelmente tenham uma política para a consciência média dos estudantes, o problema que essa consciência média dos estudantes no geral significa estar sempre contra o setor dos estudantes mais ativos e, por outro lado, não significa uma tentativa de maior politização efetiva dos estudantes.

É fato que Rodas não sai vitorioso do processo eleitoral, mas também é fato que a continuidade de seus ataques não depende de qual força política está à frente do DCE. E aqui cabe a crítica à gestão Todas as Vozes, que se caracterizou por ser uma gestão absolutamente conciliadora (afirmando literalmente ter medo de assembleias) e que simplesmente desarmou os estudantes para a luta contra Rodas, que teve que ser feita apesar dessa direção do DCE.

Mas, afirmar que o projeto de Rodas não tem força alguma entre os estudantes (LER-QI) desarma politicamente, da mesma forma que afirmar que o resultado eleitoral foi uma derrota política para o projeto privatista de Rodas (PSTU), é um equívoco, principalmente porque ambas as caracterizações não dão conta da realidade. Nem é verdade que o projeto de Rodas está derrotado entre os estudantes e nem

que as eleições o enfraqueceram em si.

### Unidade da esquerda versus frente oportunista

O que se percebe é que além da limitação do PSTU e PSOL com relação ao emprego de todas as táticas de luta, este setor tem a concepção de uma supervalorização das táticas parlamentares (que se dá apenas, segundo sua perspectiva, a partir do controle do aparato do DCE) em detrimento de uma efetivação de outras táticas, como por exemplo, ocupações ou greves.

A diferença na tática eleitoral com o PSTU era de que compor de fato uma frente de esquerda exigia uma ruptura com a gestão Todas as Vozes (PSOL), pois apresentava um balanço político desastroso à frente do DCE. Ainda mais depois dessa organização ter feito um cordão de isolamento para a polícia prender estes 3 estudantes no dia 27 de outubro de 2011. Depois dessa clara traição, que o PSTU tenta apagar da história, ao velho estilo estalinista, houve uma série de outros episódios que poderiam servir para que essa organização rompesse com a sua fixação pelo PSOL (particularmente MES que, além da política nefasta na USP, é a corrente do PSOL que mais a direita está).

O discurso triunfalista feito pelo PSTU

esconde o fato de que a sua aliança com o PSOL-MES nas eleições não era alternativa para derrotar a direita nas eleições do DCE, com um voto de esquerda independente. Juntar-se a 27 de outubro e a outros setores de esquerda era, na verdade, a única alternativa para que o resultado eleitoral pudesse significar uma saída de luta independente e democrática.

1) O MES é uma corrente ligada ao Movimento Socialista dos Trabalhadores (MST) que atua na Argentina e a outras organizações que se caracterizam pelo abandono quase que completo da política revolucionária.

2) Neste ponto, cabe lembrar um aspecto da polêmica de Lênin com os “esquerdistas holandeses”, de onde se pode tirar uma importante lição sobre a hierarquia das táticas de luta: (...) “a ação das massas, uma grande greve [como, por exemplo, o PSTU podia ter almejado colaborar para a construção no ano passado, quando era crescente o movimento de greve] é sempre mais importante do que a ação parlamentar, e não apenas durante a revolução ou numa situação revolucionária.” (LENIN, V.I. A doença infantil do “esquerdismo” no comunismo, In: Obras escolhidas de Lênin, pág.307. Editora Progresso, Lisboa, 1979)

## Desafios para o próximo período: a centralidade da defesa dos estudantes e trabalhadores perseguidos

A composição PSOL-PSTU já está comprovando que não vai dar repostas políticas à altura dos ataques da reitoria. Esse bloco, cabe dizer, sempre esteve distanciado das respostas mais contundentes que amplos setores dos estudantes deram no último período. Desta forma, o movimento terá novamente que deixar essa direção do DCE para trás para poder desenvolver sua mobilização. Na conclusão do seu balanço eleitoral o PSTU afirma que irá manter “o DCE como instrumento de luta e não como apêndice do reitorado”. Esta afirmação possui uma contradição entre os seus termos, porque na verdade é necessário retomar o DCE para uma posição de luta que foi apagada pelas sucessivas gestões do PSOL e do PSTU. Isto posto, devemos, contudo, ir ao ponto central da nossa crítica. O PSTU ainda afirma que o “movimento estudantil está em melhores condições para continuar a luta contra a ofensiva de Rodas-PSDB e em defesa da democracia e autonomia da USP, onde um ponto central é expulsão da PM da universidade”.

É claro que o movimento estudantil tem como tarefa central a expulsão da PM do campus como condição muito importante para derrotar o projeto de Rodas, mas verifica-se nesta e em outras declarações deste setor que não captam de conjunto e não conseguem hierarquizar de forma concreta os problemas da luta contra a reitoria e seu projeto privatista. Uma das representantes dessa posição no jornal do campus, edição da primeira quinzena de abril, afirma que “apesar de algumas pessoas serem as mesmas, é importante dizer que somos a chapa nova, que nunca aconteceu” e que o primeiro passo da nova gestão é de “o DCE

ser mais presente no cotidiano dos estudantes, o que seria concretizado por meio de debates e assembleias nos cursos”.

Para nós, do PRÁXIS, é necessário ir muito mais a fundo no problema da repressão contra lutadores e o projeto privatista. A luta contra a repressão e as medidas privatizantes da reitoria, apoiada pelo governo do estado de São Paulo, tem na questão do combate ao convênio PM-USP (que só poderá ocorrer com a revogação do convênio e com a expulsão total da polícia do interior da universidade) um tema permanente para a luta estudantil. O mesmo acontece com a questão dos processos, da privatização da pós-graduação, da repressão ao movimento e da democratização da própria universidade como um todo.

A luta contra os processos devem se materializar, no momento, na construção de uma ampla e militante campanha democrática contra a séria ameaça de mais demissões de trabalhadores e eliminações de estudantes pela reitoria, pela suspensão de todos os processos, pela reincorporação dos estudantes e trabalhadores que foram demitidos e eliminados. Com o início neste semestre de novos processos (verdadeiros tribunais de exceção com rito sumário), avolumando os anteriores, contra os estudantes que ocupavam a reitoria e a moradia retomada, e contra as lideranças sindicais com o objetivo de excluí-los da universidade até o final do semestre, não podemos perder tempo. É hora de juntarmos todas as forças para derrotar a política de Rodas e da burocracia universitária, qual seja, a de impor um regime ditatorial no interior da universidade.



Realizar uma campanha que articule a mais ampla denúncia contra o reitor e sua política – isto é, a de acabar com a luta política no interior da universidade - em unidade com todos os setores do movimento social que enfrentam também um intenso processo de criminalização; este é o grande desafio. Uma campanha que combine um intenso processo de esclarecimento, com debates públicos, audiências no maior número de espaços, inclusive institucionais, apoio de intelectuais e figuras públicas é também muito importante. Essa campanha democrática deve ser realizada não apenas em âmbito nacional. O tema da repressão aos estudantes e trabalhadores na USP já é notícia em várias partes do mundo e, por isto, devemos lançar também uma campanha que atinja todas as organizações democráticas em outros países.

No entanto, o ponto decisivo dessa campanha não são as atividades superestruturais. É necessário construir um forte calendário de luta pela base com a participação massiva de estudantes e trabalhadores com assembléias conjuntas,

atos, passeatas e outras ações - que criem novamente um ambiente de luta no interior da universidade e que recoloquem condições para organizarmos uma greve geral contra a repressão e a privatização da universidade. Esse será o primeiro grande desafio que o movimento enfrentará neste semestre, e pelo que tudo indica, a “nova” direção do DCE não passará pelo desafio. Mas, como em momentos anteriores os estudantes e as organizações combativas saberão se colocar à frente da luta.



## ESTUDANTES DA UNIFESP NÃO SE DETÊM FRENTE AOS ATAQUES DA BUROCRACIA UNIVERSITÁRIA

Os estudantes da Universidade Federal de São Paulo desde a instalação dos campi de expansão vêm construindo uma importante história de luta contra a total precariedade que caracterizou essa política. Esses campi não contavam com refeitórios universitários, alojamentos, laboratórios, bibliotecas, bolsas de estudo etc.

Os campi de expansão das Universidades Federais foram construídos a toque de caixa com uma série de problemas estruturais que se acumulam até hoje.

A situação é tão tensa que até o campus Guarulhos foi interditado por questões de segurança devido a abalos estruturais, o que demonstra que a construção desse campus foi feito pensado apenas para trazer benefícios eleitorais para o PT e suas gestões municipais. Deste então, os estudantes estão em greve a mais de um mês reivindicando melhores condições de estudo.

Ao invés de resolver os problemas a reitoria da universidade se dedica ao ataque e ameaças aos estudantes e organizações que estão a frente da

luta. No ato do dia 20 na reitoria, a exemplo do que fazem todos os burocratas que dirigem as universidades, a tropa de choque foi acionada de antemão para reprimir o movimento.

A instituição de regimes internos cada vez mais repressivos no interior das universidades para garantir medidas voltadas ao mercado são generalizadas (vide o exemplo da USP contido nessa edição). Política essa que é apoiada pelo governo federal e pelos governos estaduais.

Nesse sentido, há grande unidade no interior da classe dominante e dos seus governos fantoches no sentido de ir até a fundo no processo de privatização e militarização das universidades. Estamos em um momento que exige dos estudantes, dos trabalhadores das universidades e do movimento de uma forma geral a mais ampla unidade contra a criminalização da luta e por uma universidade pública que atenda com qualidade todos que queiram ingressar nesse nível de ensino. A greve continua!

**Todo apoio a luta dos estudantes da UNIFESP**

# POLÊMICA - PSTU não leva unidade de classe até o final

Por Carlos E. Ranea

## A questão da moradia no Brasil

O governo federal destinou recursos ínfimos – comparadamente ao que transfere aos banqueiros - para produção de moradia, principalmente para o programa Minha Casa Minha Vida e para a reurbanização de favelas, o que se deu por meio do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) das Favelas.

O que verdadeiramente está em curso é um enorme impulso aos processos de espoliação e concentração de riqueza, ligados historicamente, no Brasil, à questão do acesso a terra. Deste modo vemos inúmeras contradições no meio urbano, com o aumento do crédito e dos recursos orçamentários destinados à moradia, porém, canalizados para especulação imobiliária.

A questão é que a expansão do crédito e a falta de políticas fundiárias levam a intensificação de conflitos pela terra, fazendo com que inúmeras comunidades sejam brutalmente expulsas das áreas que histórica e legitimamente fazem parte e, ainda mais, sem que este deslocamento venha a garantir quaisquer necessidades básicas, tanto de habitação, quanto de infraestrutura. Este deslocamento, aliás, só serve aos interesses lucrativos da especulação, uma vez que implica o despejo destes moradores (das comunidades) de áreas valorizadas, fazendo com que eles sejam obrigados a ocupar terrenos de áreas desvalorizadas e precarizadas ou, de outra forma, submetendo-os a aluguéis que não podem pagar ou, ainda, a uma lógica de planos assistencialistas que não abarcam suas condições reais de sobrevivência. (1)

## Moradia ou Mercadoria?

Desde o governo Lula, vemos uma lógica nefasta sendo criada. Ela se deu a partir da inserção no consumo de setores “anteriormente marginalizados”(2), Esta medida, que diz incluir tais setores, na verdade busca apenas fazê-los entrar no mercado, isto é, promove um

modelo de inclusão pautado pela ampliação do consumo e não pela totalidade humana e social.

Este modelo de produção não perpassa a ideia de qualquer regulação, o que verdadeiramente acontece é que há, sim, uma regulação e um planejamento, mas ambos são geridos por uma norma absolutamente privatista, que não tem em mente a construção organizada dos centros urbanos, com previsão de uma infraestrutura adequada - em que existam áreas para se fazer escolas ou áreas para esporte, por exemplo - mas que, contudo, visam ao contrário criar ilhas, núcleos isolados (tais como condomínios de luxo, que aumentam ainda mais o preço do imóvel), orientados pelo lucro privado, imediato e maior possível e pautados pela segregação social. (3)

Assim, tendo em vista a falta de interesse na reurbanização por parte



do governo, segue-se disso uma lógica de apropriação legítima, pelos trabalhadores e suas famílias, dos espaços abandonados e/ou precarizados com a formação, por exemplo, das favelas, dos assentamentos, dos puxadinhos e palafitas. Não obstante isto, os interesses das empreiteiras privadas, somados aos de políticos, agem de maneira a desalojar estes espaços para utilizá-los para seus interesses, principalmente, como já dito, para a especulação imobiliária.

Pensando que a crise econômica atija os ânimos das empresas privadas na obtenção de lucro fácil (situação que pode ser conseguida pela especulação do preço de imóvel até que ele alcance um patamar bem alto) e, por outro lado, que a copa desenvolve certo espírito nacionalista que tem que ser levado em consideração, devido ao forte apelo da opinião pública para que o evento vingue, as possibilidades das comunidades são bem menores.

## O caso Pinheirinho

É nesse contexto de especulação e repressão, portanto, que se deu a ocupação do Pinheirinho e seu desdobramento. Após o terreno estar abandonado por cerca de, segundo dados de entidades locais, 30 anos, sem o pagamento de IPTU e sendo avaliado em R\$ 6 milhões, com a valorização bancária, atualmente, o mesmo terreno tem o IPTU cobrado sobre o valor de R\$ 84 milhões, sendo que segundo laudos encomendados pela Selecta, estima-se que o terreno tenha valor entre R\$ 130 milhões a R\$ 180 milhões (isso sem contar com o que se comenta sobre a possível construção de um condomínio de luxo na área, fato que aumentaria ainda mais o valor do imóvel).

É importante lembrar que a massa falida pertencia a Selecta, empresa em nome de Naji Nahas, megaespeculador que fora condenado em 1989 por lavagem de dinheiro e corrupção (sendo preso na operação Satiagraha, em 2008) e que, após a ocupação, ocorrida em 2004, permaneceu nas mãos dos moradores até seu desfecho. Em janeiro de 2012, os moradores receberam o decreto de reintegração de posse do terreno, decretado pela juíza da 6.ª Vara Cível de São José dos Campos, Márcia Faria Mathey Loureiro. Estas pessoas, ao ver que perderiam sua moradia e não tendo outro lugar para ir, já no dia 13 de janeiro, divulgam uma foto na imprensa e nela se vê os diversos moradores vestidos com escudos de latão, porretes e capacetes de motociclista.



Mas uma liminar do Tribunal de Justiça Federal (TJF), no dia 17 de janeiro, promoveu um embate entre as esferas jurídicas (estadual e federal), suspendendo, por meio da juíza Roberta Monza Chiari, a ação de desocupação naquele momento. Esta liminar levou aos moradores a acreditarem que a reintegração de posse não ocorreria, mas não só a eles, **mas também à CONLUTAS, que baseada numa “ingênua” crença nos aparatos jurídicos burgueses e em súplicas ao governador de São Paulo e à Dilma (desenvolveremos esta questão mais adiante no texto), colaborou ainda mais para que os moradores e, principalmente aqueles ligados a sua base sindical, ficassem inermes perante a desocupação, apesar de toda combatividade demonstrada pelos trabalhadores do Pinheirinho.** No dia seguinte à liberação da liminar pelo TJF, o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) decretou que a medida federal era inválida, afirmando que não competia à instância federal a decisão do caso. Seguiu-se disso, alguns dias depois, a brutal desocupação.

No dia 22 de janeiro, então, veio o ataque “surpresa”. A polícia chegou às 6 horas da manhã, com dois helicópteros, carros blindados e cerca de 2 mil soldados do Batalhão de choque e, ainda tendo o governo federal mandado uma ação de suspensão da desocupação, nada os deteve. Mal haviam chegado e já iniciaram ataques massivos aos moradores, valendo-se de todo seu aparato repressor. Munidos de bombas de gás, cacetetes e armas de bala de borracha, partiram com sua ofensiva sobre os moradores para afastá-los de suas casas e garantir a desocupação, principalmente depois das 7h, horário em que alguns manifestantes tentavam exercer alguma resistência. Apesar dos esforços dos moradores para conter a operação, a truculência da PM só aumentava e foi impossibilitando cada vez mais a defesa dos mesmos, o que acabou, por sua vez, permitindo a entrada de inúmeros tratores, que foram destruindo tudo. Além disso, ainda seguindo o rastro truculento deixado pela PM, segundo o que foi noticiado por diversos boletins locais e até em vários jornais, houve diversos ataques desferidos a pessoas,

com pelo menos a divulgação de 9 feridos e 18 presos. Somado a isso, houve inúmeros relatos de espancamentos ou brutalidade contra crianças, grávidas, idosos e até mesmo de estupro ou morte por parte dos policiais.

Ao longo do processo de desocupação, as mais de 5.000 pessoas desalojadas foram levadas a um espaço improvisado (o centro poliesportivo do Campo dos Alemães), em condições precárias, repleto de lama, que se tornou alojamento no intuito de abrigá-los e que apenas vem demonstrando o total descaso do governo do PSDB com relação a estas famílias, que foram deixadas sem quaisquer infraestruturas básicas, (tais como alimento ou camas) num espaço deplorável. Não bastasse isso, ainda neste espaço e, mais uma vez, a polícia buscou reprimir alguns manifestantes que estavam indignados com o que havia se passado em Pinheirinho. No enfrentamento dos moradores dos bairros vizinhos contra a truculência dos guardas, próximo ao espaço dos alojamentos, os guardas civis, além de imprimirem inúmeras agressões aos manifestantes, atiraram com armas letais (um revólver) em um trabalhador, que corre risco de ficar paraplégico.

Ainda no mesmo dia foi organizado um protesto em solidariedade aos moradores de Pinheirinho, que chegou a interditar a Rod. Presidente Dutra por cerca de 2 horas, seguindo depois até a casa de Eduardo Cury (prefeito de São José dos Campos) do PSDB. Na Avenida Paulista, já na cidade de São

Paulo, na mesma data e no início da noite, diversas entidades e estudantes, num ato de cerca de 500 pessoas, repudiaram a ação do governo repressivo do PSDB, exigindo o fim da reintegração de posse de Pinheirinhos.



Este ato chegou a parar a Avenida Paulista também por cerca de 2 horas.

### **A atuação da CONLUTAS em Pinheirinho**

De maneira muito semelhante ao episódio da GM e EMBRAER (para esta crítica, vide o artigo: *Congresso Conlutas: construir uma central à altura dos desafios da atualidade*, desta edição de nosso jornal), vemos que além do imediatismo nas lutas, devido ao seu corporativismo e economicismo e, como consequência deles, a não amplificação e incorporação sindical com os diversos setores dos movimentos sociais, a CONLUTAS, apesar de participar e de cumprir papel de direção dentro da luta do Pinheirinho, principalmente não realizou campanha sistemática que tivesse como centro atividades que combinassem as lutas contra exploração aos trabalhadores com a luta pela efetivação da ocupação legítima do Pinheirinho.



Uma vez que a CONLUTAS não colaborou para a criação de uma luta unificada, o que permitiria aos trabalhadores fazer uma greve massiva, podendo assim aprofundar a consciência política da unidade programática entre trabalhadores e movimento social, prejudicou a possibilidade de trazer vitórias imediatas, vitórias estas que também interferem na consciência anticapitalista. Fazendo aqui um paralelo com Trotsky com relação à unificação de setores diferentes dentro da luta de classe, no caso de Trotsky (e guardadas as diferenças de categorias e de contexto histórico), com relação aos camponeses, e em nosso, com relação aos movimentos sociais, um fator se mostra decisivo para o sucesso na luta e, na amplificação de um horizonte revolucionário para a mesma: **o fato de a classe operária estar à frente do processo de lutas como protagonista**, ainda que apoiada por outros setores, pois como coloca Trotsky, e poderíamos afirmar o mesmo no que tange aos movimentos sociais, ainda que estes



decorram da precarização principalmente de um contexto urbano: (...) “a ditadura democrática do proletariado e dos camponeses” só é concebível como ditadura do proletariado arrastando de si as massas camponesas.(4)” – e em nosso contexto, aos movimentos sociais, frise-se, uma vez em que se tenha em mente um horizonte revolucionário para a luta.

Além deste problema com relação à

falta da construção de lutas unificadas, dentro ainda da dinâmica dos acontecimentos de Pinheirinho observamos a ação da CONLUTAS no sentido de dar **demasiada ênfase aos aparatos jurídicos do estado burguês, fator que, é claro, não foi o responsável direto pelo brutal ataque aos seus moradores, mas que colaborou para desenvolver uma falsa segurança e a ilusão de que a desocupação poderia não acontecer por condescendência do Estado e por apelos aos governantes.**

Nesse sentido, convém aqui, colocar em pauta como o marxismo vê a questão do Estado e de seus aparatos. Deste modo, como dizia Lênin em seu livro *O Estado e a Revolução*: (...) “se o Estado é um produto do caráter inconciliável das contradições de classe, se é uma força que está *acima* da sociedade e que ‘se divorcia cada vez mais da sociedade’, fica claro que a libertação da classe oprimida é impossível, não só sem uma revolução violenta, *mas também sem a destruição* do aparelho do poder estatal que foi criado pela classe dominante e no qual vai crescendo aquele ‘divórcio’”(5) (grifos de Lênin).



Neste trecho, portanto, Lênin é enfático quando afirma que a libertação da classe oprimida só se dará pela destruição do aparelho do poder estatal, isto é, que o aparelho estatal serve à classe dominante e que é também por meio dele que ela exerce sua dominação. E isto não serve apenas para a questão da revolução e destruição do estado burguês, mas pode ser encarado, sim, como uma lei geral, não apenas em momentos históricos, mas também deve ser aplicado no cotidiano da luta de classe. Nesse sentido, equivocam-se mais uma vez a CONLUTAS e o PSTU em ter depositado toda sua força na construção de uma campanha que visava fazer com que o Estado retornasse em sua decisão.

Assim, é evidente que não se deve de maneira alguma ter crenças no aparato jurídico do Estado, no entanto, por outro lado, isto não significa que se deva abdicar da pressão ao governo. Vejamos o que Trotski afirma sobre este tipo de luta: “Porém acaso – poderia-se objetar desde logo – renuncia um partido revolucionário a exercer pressão sobre a burguesia e seu governo? Evidentemente, não. A pressão sobre o governo burguês é o caminho das reformas. Um partido marxista revolucionário não renuncia a elas, ainda que estas se refiram a questões secundárias e não questões essenciais. Não se pode obter o Poder por meio de reformas nem se pode, por meio de uma pressão, forçar a burguesia a mudar sua política em uma questão da que depende sua sorte”. (6)

Desta forma, vemos que depositar toda confiança na pressão à burguesia e ao seu governo e, poderíamos estender a isso, em seu aparato jurídico, seria algo perigoso, uma vez que isso apenas nos levaria a um caminho que desembocaria no reformismo.

No entanto, nada disso significa que não devemos buscar vitórias na pressão ao governo ou mesmo na esfera legal, uma vez que tais vitórias, além de serem formas para expandir o campo político e a luta contra a exploração da classe ou, como no caso de Pinheirinho, para fortalecer a permanência e continuidade do movimento e, especificamente, do caráter lídimo e social da ocupação, podem ademais colaborar (desde que sejam vistas como secundárias e não essenciais) no aprofundamento da consciência de classe e, com ela, na amplificação da perspectiva de luta.

1) Aqui, vale citar o caso de Pinheirinhos, em que Alckmin disse que forneceria para os desalojados, um plano assistencial de 500 reais, quantia que não atinge quaisquer demandas de infraestrutura básicas. (PSDB divulga nota para criticar ‘intromissão’ federal no caso, Jornal Estado de São Paulo, caderno Cidades/Metrópole 25 de janeiro de 2012.)

2) Cabe aqui a reflexão se tais setores, na verdade, deixaram de ser marginalizados ou apenas saíram de um grau de extrema penúria, para um grau de “apenas penúria”. Principalmente, no caso da moradia, quando observamos o salário médio brasileiro que, segundo o IBGE, calculava-se, em 2011, em torno de R\$ 1.625,46, é insuficiente para assegurar necessidades básicas de moradia ou mesmo de sobrevivência.

3) Insere-se como um projeto megaexcludente que parte desta mesma lógica, o projeto “Nova Luz”, em São Paulo, que para sua implementação, buscou o método da higienização dos mendigos e usuários de craque como medida.

4) Nesse sentido, a importância da consciência revolucionária dos trabalhadores é fundamental, principalmente para se construir uma luta que não se pautar apenas num sindicalismo, mas numa “elevação da classe ao todo, a propor respostas de conjunto para toda a sociedade”. Esta orientação, “obrigaria”, como bem aponta Roberto Sáenz, companheiro argentino de nossa corrente, em Lenin en el siglo XXI, “à classe operária e a sua vanguarda a sair de sua própria estreiteza. ‘Obrigar’ à classe operária à aprendizagem prática, o que significa entrar em contato com outras classes sociais ampliando seu horizonte na ‘escola’ mesma da luta de classes” (Sáenz, R. *Lênin en el siglo XXI*, Revista Socialismo o Barbarie n°23/24, tradução livre).

5) LÊNIN, V.I. *O Estado e a Revolução*. Global Editora. (Pág.56).

6) TROTSKY, L. *Leciones de octubre*. El Yunque Editora (Pág.29, tradução livre).



EM SÃO PAULO



PATROCINADO  
POR SÃO PEDRO

EM PINHEIRINHO



PATROCINADO  
POR ALCKMIN

# A crise econômica é o pano de fundo da onda de rebeliões em todo o planeta

Apesar do processo de recuperação econômica dos BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China) - países estes que cumprem o papel de contrapesar a crise econômica mundial iniciada em 2008 - a crise econômica mundial não dá sinais de se resolver rapidamente, exemplo disso são as previsões e os dados recentes sobre o comportamento da economia na zona do euro, além dos dados apresentados recentemente pelo FMI, que deixam evidente que a recessão mundial não tende a ser superada em curto prazo.

Na Europa, dados recentes dão conta de que a situação está se agravando de maneira acelerada. Com uma contração de 0,4% no primeiro trimestre do ano, informada pelo banco central da Espanha, a situação se agrava ainda mais, pois as medidas de ajustes contra os trabalhadores para reduzir o déficit público (que atualmente significa 8,5% do PIB) tendem a se tornar mais draconianas em um cenário político de forte resistência do movimento, apesar do controle que ainda exercem as centrais sindicais dirigidas pela burocracia. A situação da Grécia não é mais animadora, o presidente do Banco Central grego estima uma retração de 5% em 2012.

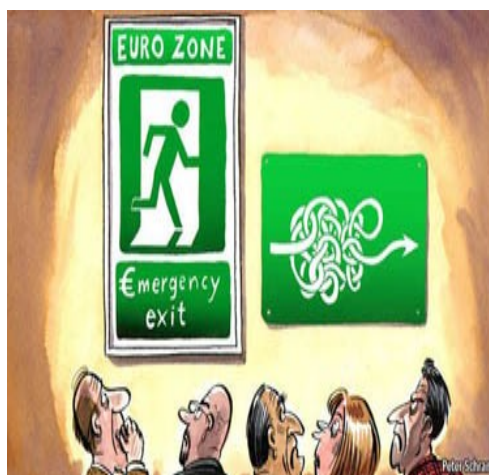
Do ponto de vista social, por outro lado, a crise tem uma as manifestações mais dramáticas nos altos índices de desemprego (principalmente entre a juventude). Na Espanha, um dos lugares onde a crise se manifesta da maneira mais aguda, o desemprego oficial chega a 24%. Porém, a profundidade da crise e seus desdobramentos exigem dentro da lógica vigente que novas medidas de "ajuste" sejam tomadas, o que pode, a partir do prolongamento dos processos radicalizados de mobilização, encetar patamares superiores de enfrentamento dos trabalhadores e da juventude contra o sistema. Se por um lado é verdade que a burguesia e o imperialismo estão hoje na ofensiva contra os trabalhadores para lhes transferir o custo das políticas anticíclicas, por outro, não é menos

verdade que estas políticas vêm enfrentando uma resistência que está longe de ser derrotada.

## Uma onda de rebeliões sacode o mundo

As mobilizações no norte da África derrubaram governos, ditaduras políticas caíram pela ação das massas, apesar da ação imperialista que, no caso da Líbia, após a experiência egípcia, tratou de impedir uma vitória direta das massas contra o regime de Kadaf.

Na Europa, por sua vez, assistimos um processo generalizado de indignação contra o desemprego e os planos de ajustes que estão colocando abaixo o estado de bem estar social construído



no pós-guerra. E já na América Latina, como no Chile e Colômbia, a juventude protagonizou lutas radicalizadas contra a privatização do ensino. Porém, essa onda de resistência apresenta limites que se não forem superados, não podem refutar a brutal ofensiva imperialista para salvar o sistema da maior crise econômica desde o crash da década de 1930.

## Uma polêmica com o objetivismo

A luta dos trabalhadores e da juventude pelo mundo nos últimos anos, principalmente em 2011, coloca uma nova conjuntura mundial, porém com características muito distintas das que são apresentadas por outras

correntes. Em relação ao PSTU-LIT afirmam que estamos em uma situação revolucionária a nível mundial e que as revoluções do norte da África são "objetivamente socialistas".

Aqui apresentamos uma diferença profunda com essas concepções. Esta corrente não foi capaz de tirar uma única lição política de fundo do século XX, não chegou sequer a compreender que na época histórica do capitalismo os processos revolucionários socialistas não se configuram como tal sem a presença auto-organizada da classe operária, dotada de consciente socialista e dirigida por partidos revolucionários com influência entre as massas.

Todos os processos revolucionários do pós-guerra ao não contar com o protagonismo da classe trabalhadora, organismos de poder de massas e com partidos operários não puderam fazer a transição ao socialismo. Houve derrubadas de regimes, medidas anticapitalistas que não construíram condições para uma transição ao comunismo. Isso se deve não apenas ao isolamento destes processos, mas também porque há uma diferença muito clara entre estatização e socialização dos meios de produção.

O poder dos trabalhadores em um estado operário de fato demanda que a classe operária esteja organizada autonomamente e não controlada por organizações burocráticas, associado a isso a necessidade de partidos revolucionários internacionais de base operária são elementos decisivos. Essa reflexão também vale para o processo de luta prévio a tomada do poder, dizer que é possível realizar revoluções *objetivamente socialistas* é cair na armadilha de que qualquer processo de luta contra governos, regimes ou políticas burguesas tem em si um caráter socialista. Esta afirmação, aliás, pode ser entendida como o mais puro *objetivismo* e *substituísmo*, pois ela se coloca de modo a desconsiderar que as revoluções socialistas têm determinações próprias e incontornáveis. A libertação da classe trabalhadora é obra da própria classe trabalhadora através de um movimento comunista dirigido por organizações e partidos revolucionários.

Não se pode fazer uma “revolução socialista inconsciente”, pois as medidas anti-capitalistas para ganharem um caráter socialista necessitam da classe ativa e dotada conscientemente do projeto socialista, para que não se institua desde o início da revolução uma apropriação política e econômica de uma burocracia estatal. Infelizmente esta é história, ainda que com suas diferentes nuances, de todos os processos revolucionários do pós-guerra.

Afirmar que pode haver revoluções



socialistas objetivas, por mais que se fale na necessidade de construir partidos revolucionários, é alimentar uma ilusão que desarma por completo a luta dos trabalhadores e a ação militante. Tanto na Europa quanto no norte da África (ainda com menos tradição socialista revolucionária) as tarefas socialistas são gigantescas. As suas lutas têm esbarrado em direções burocráticas/nacionalistas, na ausência de organismos políticos de base e autônomos, e na pouca influência ou total inexistência de organizações revolucionárias marxistas. Essas insuficiências políticas fazem com que estas lutas, por mais radicalizadas que sejam, ainda não consigam derrotar os planos de ajustes (no caso europeu) ou



instituir movimentos radicalmente socialistas. Em relação às tarefas mais estratégicas como transpor o estado burguês – com regime democrático ou não – e a propriedade privada e dar passos para a construção socialista, a distância está ainda maior.

Claro que a luta dos trabalhadores e da juventude na Europa e no norte da África colocam uma nova situação política internacional e que lutas radicalizadas contra os ajustes e rebeliões podem ocorrer nesse novo ciclo. O problema é que não podemos desconsiderar que a luta pela construção de toda a subjetividade (organizações de massa, partidos revolucionários e consciência socialista), apesar das condições tremendamente mais favoráveis que vivemos hoje, está por se realizar, e em um sentido cada vez mais dramático. Sem isso as lutas tendem a ser derrotadas, enfraquecidas e um novo ciclo de baixa atividade das massas trabalhadoras tende a se instalar. Mas, a classe trabalhadora em nenhum dos epicentros da luta de classes hoje está derrotada, pelo contrário, apesar das dificuldades apontadas, continuam lutando. E esse elemento é o que permite que as correntes revolucionárias se construam nesse novo momento que se abre, marcado pela presença da classe operária nesses processos e em uma juventude radicalizada que aprendeu a não mais

confiar na burocracia estalinista ou de qualquer outra vertente.

Assim, consideramos que entramos em um novo ciclo da luta de classes, um recomeço histórico marcado pelo fracasso das ideologias que negam a centralidade da classe operária para os processos de transformação social, da revolução enquanto única saída viável



para a humanidade e do papel não menos central das organizações e partidos revolucionários para que a luta dos trabalhadores e da juventude em todo mundo derrotem o estado capitalista e comecem a construir o socialismo.

1) <http://economia.estadao.com.br>.

2) Endividamento gerado pelas políticas “anticíclicas”, medidas tomadas pelos governos para combater a eminente depressão que assolava a economia mundial e de muitos países. Os estados, depois de utilizarem massivamente verbas públicas para salvar os capitalistas de uma catástrofe total, vêm tomando medidas de “saneamento” das contas públicas (leia-se redução de salários, ou de gastos com previdência, educação etc.) com consequências políticas explosivas, vide o que ocorre na Grécia e Norte da África.

3) Ausência da classe operária como vanguarda social organizada na frente das mobilizações, organizações sindicais e políticas anticapitalistas com influência de massas, partidos revolucionários e consciência generalizada entre a classe trabalhadora e a juventude da necessidade de lutar até o final, não só contra os efeitos, mas contra o capitalismo até o final.

# NACIONALIZAÇÃO NA ARGENTINA

## A expropriação de Cristina fica na metade do caminho

**O Novo Mas defende o direito do Estado argentino de dispor da estatização da Repsol-YPF; mas exige a nacionalização total e sem pagamento da empresa, e que seja colocada sob o controle de seus trabalhadores.**

No meio-dia de ontem, segunda-feira 16 de abril, Cristina Kichner anunciou a “expropriação” da Repsol-YPF. A realidade é que já faz semanas que se esperava alguma medida da parte do governo. O mesmo vem pressionado pelos déficits fiscais e pela circunstância que o sistemático vazamento da YPF por parte da Repsol afetou a tradicional autossuficiência energética do país. Assim chegou-se a escandalosa cifra de quase 10.000 milhões de dólares anuais de importações energéticas em um país que tradicionalmente goza de autossuficiência nessa área.

A medida tomada pelo governo argentino desatou um debate internacional. O governo da Espanha, nas mãos do Partido Popular de Rajoy, disse que “rompe as barreiras de fraternidade com a Argentina”; por sua parte, o governo dos Estados Unidos, pela boca de Hilari Clinton, e a titular do FMI, Lagarde, saiu a condenar a medida tomada pela Argentina.

O Novo Mas se posiciona contra qualquer ameaça que possa advir de parte dos governos e instituições imperialistas, e

defende o direito do Estado argentino de tomar as medidas que considere necessárias com relação aos seus recursos naturais. Em primeiro lugar, com relação ao petróleo.

É evidente que a privatização da YPF resulta das duas décadas do governo de Menem – e que, deve-se sublinhar, contou com a cumplicidade dos próprios esposos Kirchner e de muitos dos funcionários de seu elenco – foi uma operação escandalosamente de usurpação do patrimônio do país, antinacional, antipopular e antioperária que, deixando o rastro de dezenas de milhares de trabalhadores petroleiros despedidos, entregou os recursos

naturais de hidrocarbonetos aos parasitas multinacionais como Repsol e, também, a outros grupos capitalistas internacionais e nacionais, que vem explorando – e segundo a nova lei de “Soberania Petroleira”, seguirão fazendo – parte do petróleo do país.

Neste sentido, o Novo Mas rechaça qualquer medida ou ação de “retaliação” (represálias) que pretendam tomar o governo imperialista da Espanha, as instituições da União Europeia, o governo dos E.U.A, o FMI ou quem quer que seja contra uma decisão soberana do Estado argentino em matéria de seus recursos naturais.

No entanto, depois do anteriormente dito, queremos ser muito enfáticos no



seguinte: a própria Cristina assinalou que a **“expropriação”** posta em marcha, **não é uma verdadeira “estatização** e, poderíamos adicionar, **tampouco é uma verdadeira expropriação.**

Há três fatos a serem destacados acerca das medidas tomadas pelo governo e que à medida que se vá conhecendo melhor em “letras miúdas” as coisas vão ficando claras.

O primeiro, é que segundo o projeto de lei que será enviado ao Congresso, o Estado nacional ficará com 26% das ações totais, os provinciais com 25%, porém a família Eskenazi conservaria os outros 25%, bem como o resto do

capital acionário ficaria em mãos da própria Repsol e de acionistas privados na bolsa. Daí o governo falar que “retoma o controle e a administração”, porém não a totalidade da propriedade. O fato é que, segundo o próprio projeto de lei oficial, a empresa terá uma característica de corporação com propriedade participada estatal e privada, o que não dá nenhuma garantia sobre seu destino ulterior. Isto para não falar do resto do negócio dos hidrocarbonetos, que seguirá em mãos privadas e sobre o qual não disse nada a presidente.

Ou seja, nem YPF, nem muito menos o conjunto do negócio dos hidrocarbonetos passarão de maneira completa e total a mãos estatais.

O segundo fato a se sublinhar é que, segundo o repercutido, a taxação das ações a adquirir de Repsol poderia alcançar a ninharia de 8.000 milhões ou mais. Um escândalo indefensível logo de que a Repsol já tenha pagado com acréscimos sua “inversão” (havia pagado até 13.000 milhões de dólares quando adquiriu a YPF em 1999, porém seus lucros até hoje totalizariam 20.000 milhões)! Este último aspecto é impossível de ser desmentido, porque é sabido que a YPF era para Repsol a “galinha dos ovos de ouro” em matéria de lucros.

A realidade é que a expropriação, para ser tal, deveria ser sem custos– isto é, sem pagamentos – até pelo fato adicional de que a nova YPF irá requerer grandes investimentos para ser realmente viável. O dinheiro não pode ser desperdiçado para pagar aqueles que usufruirão dos recursos naturais da Nação ao largo de uma década e meia! Não vai ser uma coisa que se pague aos sanguessugas imperialistas da Repsol e que se pretenda como forma de aumentar o custo dos combustíveis dos usuários para financiar os investimentos.



Em terceiro lugar, este é o problema dos trabalhadores da YPF. A história das nacionalizações burguesas ao largo de todo o século passado não fala a favor das empresas estatais por si mesmas. A maioria das vezes terminou sendo âmbitos de dilapidação, corrupção e “capitalismo de amigos”, além da falta de investimentos suficientes que tem sido sua característica.

Neste sentido, o que se impõe realmente é a expropriação sem pagamento da Repsol-YPF e início de produção, sim ou sim, sob o controle dos trabalhadores.

E quando falamos de seus trabalhadores, não falamos da burocracia sindical petroleira, a que foi em grande medida cúmplice da privatização e da dezena de milhares de despedidos e de “povos fantasmas” que a

mesma gerou. Falamos dos trabalhadores petroleiros de base e de seus delegados mais lutadores e combativos, como são as experiências que se têm visto nestes últimos anos no sul do país. São eles os que poderão exercer este controle operário, em benefício dos explorados e oprimidos do país.

## Governo Dilma inimigo das mulheres: quando o fator de gênero nos une mas o de classe nos divide

Por Rosi Santos

A despeito do que a ideologia machista e dominante brasileira tenta ocultar, dados recentes do Banco Mundial revelam que no Brasil as mulheres ainda recebem salários mais baixos que os homens quando desempenhem a mesma função. Alguns cargos se quer são destinados a mulheres, pois, por mais débil que seja a legislação trabalhista em relação a mulher, os patrões preferem contratar homens para determinadas carreiras por temerem que eventualmente tenham que pagar auxílios, como por exemplo, conceder licença maternidade às mulheres. Esses dados são uma demonstração daquilo que os revolucionários denunciam cotidianamente. Ainda que em outros países a igualdade salarial entre gêneros pareça um fato, a emancipação por completo da mulher – que esta a cargo da luta direta e organizada de homens e mulheres – ainda esta longe de ser uma realidade.

### Brasil retrocede em relação à políticas de gênero

Em relação à toda América Latina, o Brasil é um dos países mais atrasados nas temáticas de gênero e opressões. Vários países possuem agendas temáticas para tratar as questões de gênero e minorias, que vão desde do casamento entre pessoas do mesmo sexo (que na Argentina, por exemplo, já é lei) até a questão da descriminalização do aborto em várias situações: como estupro, risco de vida do feto e da mãe etc.

A eleição de Dilma Rousseff demonstrou o quanto o aborto ainda é tabu no país. Dilma selou um pacto com as igrejas de que não tomaria nenhuma posição favorável à descriminalização do aborto. Entendemos que para além do conservadorismo imposto pela igreja e demais setores da sociedade no Brasil, qualquer medida de avanço sobre a temática poderia significar uma mudança de paradigmas em torno dos direitos e da participação da mulher, além de que a abertura de uma agenda de políticas para mulheres pode colaborar para mobilização e a luta das mulheres dentro da luta de classes.

Infelizmente, entidades que dirigem o

movimento feminista não souberam travar a batalha diante deste recuo consciente do governo, pelo contrário, preferiram apostar no jogo eleitoral, depositando esperanças no governo de Dilma e criando a falsa ilusão de que com uma mulher no poder, as coisas poderiam ser diferentes para as mulheres. Segundo a professora Margareth Martha Arilha, que foi membro na década 80 do Conselho Estadual da Condição Feminina, **foi possível perceber** durante as conferências das Nações Unidas **na década de 90 mais avanços nos temas sobre as mulheres brasileiras do que na atualidade**, e ressalta, uma contradição do governo Dilma “os governos que internacionalmente levam a fama de mais democráticos são aqueles que tem gerado mais dificuldades para a defesa das demandas dos movimentos de mulheres” e indaga sobre “como dizer que a presidente, apesar dos altos índices de aprovação de seu governo, e de ser mulher...traz nas entrelinhas de sua gestão um enorme acordo com a Igreja Católica?”. **A mulher, principalmente a trabalhadora, não deve ter nenhuma ilusão neste governo**, que para além da questão do gênero de quem esta no poder, esta estreitamente ligado aos setores mais opressores da sociedade como igreja, os patrões e a burguesia em geral.

Mais um exemplo disso é que Dilma tentou criar sem nenhuma consulta e participação dos movimentos em defesa dos direitos das mulheres a Medida Provisória (MP) 557 que pretendia estabelecer os direitos do recém nascido através da necessidade de um cadastro de gestantes que obrigaria a identificação e rastreamento de todas as mulheres grávidas, sobre o controle de um Comitê Gestor Nacional e da Comissão de Cadastro intitulada de Vigilância e Acompanhamento de Gestantes e Puerperas de Risco, com a justificativa de esta medida combateria a mortalidade materna. Porém, como disse em outras palavras o próprio texto da medida, esta serviria para **invadir a privacidade das mulheres e se possível encarcerar** aquelas que por vários fatores interrompessem a gestação através de um aborto.

**Quando o feminismo deturpado ou a causa feminista é utilizado como meio para se chegar a outros fins**

A eleição para presidência da república de 2011 teve muito apelo, pelo fato de se tratar da possibilidade da primeira mulher no comando do país. Com a ilusão de que isso levaria a algumas mudanças na área de

políticas para mulher, **um eleitorado em sua maioria composta por mulheres, foi às urnas na tentativa de alienar o inalienável; sua causa e suas lutas**. Não demorou para que a verdade se fizesse valer, por isso, nós do PRAXIS militamos intensamente para combater estas ilusões. Assim como, buscamos combater no interior do movimento toda e qualquer forma de reprodução do modelo de exploração e discriminação, de modo que repudiamos toda forma não só de expressão do machismo, como também de oportunismo na luta das mulheres. Setores da juventude do PSOL e PSTU se utilizam de uma prática que repudiamos em conjunto. Recentemente, as companheiras e companheiros dessas organizações se aproveitaram da luta das mulheres para caluniar companheiros que julgam ser adversários políticos com o objetivo de desmoralizá-los. Este tipo de feminismo casuísta não só tem a ver como uma concepção deturpada do que é o feminismo, mas, como é um projeto consciente de como deve ser feita a disputa política no interior do movimento. Neste caso com um baixíssimo nível e de forma desonesta. Esses companheiros e companheiras na época da desocupação da reitoria da USP em 2011, não denunciaram ou se manifestaram sobre os abusos que dezenas de mulheres sofreram por policias homens da tropa de choque, todavia para justificar sua inércia durante todo a mobilização, trataram de acusar injustamente um companheiro que ao contrário dos mesmos, estava na luta, e que mesmo sendo perseguido pela reitoria, estes setores não mediram esforços para expô-lo mais ainda e também o movimento como um todo, de forma absurda e despolitizada. Dizemos a estes companheiros e companheiras que não se pode levar nenhuma luta coerente pelos interesses dos explorados se não coexistir a luta franca pela emancipação da mulher e a igualdade de gêneros além da honestidade política entre os lutadores. E que assim revejam seus métodos.

Para além do que determina ONU, que indica que a violência contra as mulheres deve ser apenas penalizada, o machismo é uma manifestação de relações de poder historicamente desiguais estabelecidas entre homens e mulheres e que precisa ser combatido em seu cerne, assim, não há como combater o machismo e outras formas de opressão, sem combater o sistema do qual os opressores se beneficiam.

**Adquiera a nova revista político-teórica  
da Corrente Internacional  
Socialismo ou Barbárie nº 26**



Contato: [grupo.praxis@yahoo.com.br](mailto:grupo.praxis@yahoo.com.br)  
Blog: <http://praxisbr.blogspot.com.br/>  
[www.socialismo-o-barbarie.org](http://www.socialismo-o-barbarie.org)